

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº. DE 2015.
(Do Sr. Marco Antônio Tebaldi)

Solicita Informações ao Sr. Ministro de Minas e Energia - MME, sobre os projetos de investimentos privados no setor elétrico brasileiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a vossa Excelência, ao Ministro de Minas e Energia - MME, as seguintes informações:

1. Quais medidas estão sendo tomadas para aproveitar esse potencial hidrelétrico inexplorado?
2. O Governo Federal é contra a iniciativa privada nos investimentos hidrelétricos? Justifique.
3. Há alguma determinação do Ministério de Minas e Energia - MME, mesmo que informal, solicitando uma reserva de mercado para outras fontes de energia a fim de satisfazer interesses que não beneficiam única e exclusivamente o Setor Elétrico e os consumidores?
4. A ANEEL é uma agência reguladora ou um braço do BNDES? Tal pergunta justifica-se pelo fato das centrais hidrelétricas não serem o foco dos empréstimos emitidos pelo BNDES.
5. Porque o Governo Federal prioriza os empreendimentos eólicos, que aumentam os subsídios (por serem fontes menos viáveis), distorcendo continuamente as contas do Setor Elétrico e contribuindo para o atual rombo que já supera os 100 bilhões de reais que provavelmente irá ser arcado pelo próximo governo?
6. Existe alguma previsão para a liberação dos projetos parados na ANEEL? Especificar datas e projeto.

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente há 101.751,22 MW de potência instalada em análise na ANEEL, somente em Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e Usinas Hidrelétricas - UHEs. Esta quantidade de projetos ainda não liberados equivale a mais de 14 usinas hidrelétricas de Itaipu, a maior usina em produção de energia do mundo e que atende entre 18% e 22% da produção nacional. Todos estes projetos representam mais que os atuais 89.226,51 MW de potência instalada atualmente no país.

Isso significa que muitos empresários estão dispostos a investir. Em outras palavras, o setor privado só está dependendo da canetada do Governo Federal e algumas etapas legais para iniciarem as obras. Paralelamente, desde 2012 as consultorias do setor elétrico vêm emitindo relatórios alertando sobre os riscos de racionamento devido ao fato de que a expansão do sistema não acompanha a demanda do setor, por não termos hoje a quantidade de reservatórios suficientes que funcionam como uma poupança de água ou reserva de energia.

Diante do exposto e motivado pelas incertezas sobre a situação do abastecimento de energia em nosso país, as informações ora requeridas são, portanto, de fundamental importância ao cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 2015.

MARCO TEBALDI
Deputado Federal – PSDB/SC